

A explosiva questão indígena

O conflito pela terra entre índios e brancos no Brasil começou em 22 de abril de 1500. Mas desde meados do século passado a até há poucos meses, com exceção da Amazônia, onde ainda não se completou o processo de ocupação econômica do território nacional, a situação no resto do País tem estado razoavelmente pacífica e estável. O que, então, explica a substituição dessa bonança por ataques armados, invasões, seqüestros, torturas, incêndios e matanças de animais, aterrorizando fazendeiros e seus empregados em pequenas, médias e grandes propriedades na Bahia, Rondônia e Mato Grosso do Sul?

Dois fatores alimentam-se mutuamente. O primeiro é o trabalho das ONGs, grupos político-partidários e, sobretudo, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um dos bastiões da resistência da ala mais radical da CNBB junto aos índios, para levá-los a diversas formas de rebelião. O segundo é a condição legal diferenciada dada pela lei brasileira aos índios. Mas o que promoveu a soma potencializada desses dois fatores foi mesmo o rápido processo de desmoralização das leis, especialmente das que garantiam o direito à propriedade no País, praticamente rasgadas no governo Fernando Henrique Cardoso, e suas sempre hesitantes relações com o MST.

Os índios brasileiros são os únicos da América Latina que são legalmente discriminados dos demais cidadãos de seu país. Além disso, têm sobre os "sem-terra" a vantagem do tratamento especial garantido pelo parágrafo 11 do artigo 20 da

Constituição, que declara como bens da União "as terras tradicionalmente ocupadas" ou que tenham "importância cultural" para eles. Essa formulação mal definida e a condição legal do índio no Brasil são judicialmente tão vantajosas que têm atraído para o Brasil guaranis paraguaios, tratados em seu país de origem como cidadãos comuns e atraídos pela promessa de ONGs e igrejas de que no Brasil podem conseguir mais terra e até um território autônomo.

A violência crescente que tem sido registrada nas invasões de velhas fazendas, com titulação perfeita, estabelecidas há várias décadas em Mato Grosso do Sul, é apenas um aperitivo do que já estão esperando as pessoas mais próximas do problema.

Os índios prometem ser os sem-terra da próxima década e muito sangue inocente pode correr se as autoridades federais, as únicas com poder para atuar em questões indígenas, não abrirem os olhos para o problema. É preciso rever a condição jurídica do índio brasileiro para algo mais realista. Ou se expulsam todos os brancos do território nacional, devolvendo-o

a seus ocupantes pré-cabralinos, ou se integram os indígenas remanescentes à vida nacional, até com direitos adicionais, a título de ressarcimento por seus sofrimentos, talvez, mas com os mesmos deveres dos demais brasileiros.

Insistir no contrário é dar munição aos grupos radicais que, como sempre, saberão escolher a forma mais daninha de queimá-la.



O governo só evitará o agravamento do conflito por terras com os brancos se integrar os índios à cidadania, pondo fim à tutela tradicional